

As Praças na Cidade do Porto entre a ação da Junta de Obras Públicas e o Plano Regulador de 1952

Nuno Paulo Soares Ferreira

Doutorando em História da Arte Portuguesa | Bolseiro da FCT | CITCEM

As praças são entendidas como espaços públicos, e funcionam em simultâneo como espaços verdes, de circulação e de convivência, sendo palco de diversas manifestações urbanas e sociais. Numa perspetiva histórica e urbanística, são um elo fundamental para a compreensão da história das cidades e sua evolução ao longo dos tempos, nomeadamente em termos de conceção e integração do desenho urbano. A presente comunicação procura, através da análise das principais praças da cidade do Porto, conhecer e interpretar as várias soluções dos processos de transformação, permanência, desenvolvimento, e consolidação do tecido urbano desta cidade entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XX. Assim, e para a compreensão do atual território urbano do Porto, inicia-se a nossa viagem na ação desencadeada pelos Almadas, nomeadamente pelo plano implementado pela Junta das Obras Públicas do Porto (1763), que esboçou profundas transformações urbanas e um vasto conjunto de obras tanto no núcleo medieval como extramuros. Em 1784 esta mesma Junta faz publicar o “Plano de Melhoramento”, onde é exposta a conceção global do crescimento da cidade. Deste período destacam-se a Praça da Batalha (que viria a sofrer profundas reformulações), a Praça de Santo Ovídio (hoje Praça da República) e a Praça do Marquês (que surgiu como Largo da Aguardente). Estas praças estavam envolvidas na integração das estradas que articulavam o Porto com as regiões periféricas, bem como das que regularizavam o traçado viário da cidade e estruturavam o seu crescimento.

No século XIX, as intervenções nesta cidade continuavam a realizar-se tendo por base o pensamento dos Almadas. Os primeiros anos não foram marcados por grandes alterações na fisionomia da cidade. Foi com a anexação das freguesias periurbanas de Lordelo, Paranhos e Campanhã, nos anos 30 desse século, que se verificou uma redefinição do território urbano. A Praça da Ribeira, que desde o século XVI era a mais importante a nível comercial, manteve o seu estatuto, ao mesmo tempo que surgiam novos pólos dinamizadores em seu redor, como é o caso da Praça do Infante D. Henrique, onde se construiu o Palácio da Bolsa, passando a ser este o pólo do poder da burguesia mercantil e financeira. Por outro lado, o centro cívico

4^a JORNADA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

passou a funcionar na zona alta da cidade, mais concretamente na Praça Nova (que viria a mudar de designação diversas vezes), onde se instalou a Câmara Municipal.

Desde os anos de 1870 até aos inícios do século XX, o desenvolvimento do transporte urbano, as novas exigências do trânsito motorizado e o aumento da população provocam o alastramento e adensamento da malha urbana e, conseqüentemente, levam a remodelação e melhoramentos de diversas zonas da cidade, à abertura de infraestruturas de circulação (como por exemplo as praças) e ao eclodir de novas zonas residenciais. Estes fatores geraram preocupações ao nível do planeamento urbanístico, levando à criação de enquadramentos legais, nomeadamente os “Planos Gerais de Melhoramento” (1864). Reflexo desta conjuntura, destaca-se a abertura de uma das mais importantes praças do Porto: a Praça da Boavista, posteriormente designada de Praça de Mouzinho de Albuquerque, situada na zona ocidental da cidade, e que levou ao surgimento de uma série de novos arruamentos transversais.

Já no início do século XX, os planos urbanos para a cidade são sobretudo aplicados à sua zona central. Partiam ainda da ordenação estrutural almadina, resolvendo situações pontuais. São exemplos o “Plano de Melhoramento e Ampliação da Cidade” (1914), a “Renovação Central da Cidade” (1915) e o “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto” (1916). Neste período destaca-se a Avenida dos Aliados, que se vai desenvolver e impor enquanto foco estrutural da cidade, sendo frequentemente visada nos planos urbanísticos ao longo das décadas seguintes.

Entre as décadas de 20 e 30 do século XX assiste-se a uma fase de transição, durante a qual os projetos e estudos se centram sobretudo na expansão da cidade enquanto processo a longo prazo e estruturado. São focados diversos aspetos, tais como: áreas edificadas e urbanizações, áreas turísticas e de lazer, áreas de expansão urbana e interurbana e vias de comunicação. Deste período destaca-se como ponto de viragem na forma de planear e reorganizar a cidade o “Prólogo à Cidade do Porto” de Ezequiel Campos (1932). A partir deste trabalho o planeamento urbano obedece a uma visão alargada e estratégica. Salienta-se o Decreto-Lei 24 802, de 21 de Dezembro de 1934, que obriga as câmaras municipais a elaborarem um plano geral de urbanização até 1939, tendo como principal objetivo moldar o crescimento das cidades à imagem do Estado. Com o objetivo de acionar este plano, a Câmara Municipal do Porto criou o “Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização”, que contou com a presença dos arquitetos e urbanistas italianos Marcello Piacentini (1938 a 1939) e Giovanni Muzio (1940 e 1943). No decorrer da década de 40, a Direcção-Geral dos Serviços

4^a JORNADA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

de Urbanização encarrega Antão de Almeida Garrett de elaborar o “Anteplano Regional de Urbanização” (1946), o “Plano Geral de Urbanização” (1947) e o “Plano Regulador da Cidade do Porto” (1952). Estes planos basearam-se numa visão global da cidade, sobre uma ótica de planeamento do território baseada nos princípios da Cidade Moderna.

Bibliografia

FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2013) – *Etapas de Consolidação da Paisagem Urbana do Porto contemporânea. Da programação dos Almadás ao Plano de 1952*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»), vol. 4.» [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12834.pdf>]

GARRETT, Antão de Almeida (1974) – *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. «Revista da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto».

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987) – *Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanística do Porto*. «Revista Povos e Culturas», n.º 2, Porto: Universidade Católica Portuguesa.